

Apresentação ao dossiê:
Notas sobre as intersecções entre Estado, Ciência, Capitalismo:
desafios etnográficos em torno da técnica e da política

Catarina Morawska
Professora Adjunta pela Universidade Federal de São Carlos (DSCo/UFSCar)
morawska-vianna@ufscar.br

Magda dos Santos Ribeiro
Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)
magdaribeiro@usp.br

O desafio de reunir trabalhos interessados em discutir e pensar sobre as relações entre Política e Técnica, a partir de diferentes experiências etnográficas, foi aventado no último encontro da Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (VI ReACT, 2017). Coordenado pelas organizadoras deste dossiê e intitulado: *Entre a Política e a Técnica: práticas de conhecimento em comparação*, o Seminário Temático acolheu pesquisas que propunham refletir sobre a mobilização de saberes tecnopolíticos em órgãos estatais, organizações não-governamentais, agências internacionais, institutos de pesquisa, laboratórios, empresas privadas. As apresentações e discussões privilegiaram experimentações com materiais etnográficos e bibliográficos de modo a operar comparações que tornassem visíveis práticas de conhecimento em relação.

O objetivo foi fomentar o debate em torno da ideia de que a política, nestas instâncias, se dá a partir do exercício de técnicas das mais variadas, como a estatística, a cartografia, a hermenêutica jurídica, a biomedicina ou as tecnologias de informação. Reunimos ali cerca de 20 trabalhos, cujas pesquisas de campo de davam em áreas extremamente distintas: o agronegócio, esportes e práticas antidoping, políticas de licenciamento

ambiental, tecnologias de gestão do crime, artefatos e etnologia indígena. As discussões transversais que aconteceram naqueles dias proporcionaram refletir conjuntamente e a partir de pesquisas tematicamente diversas os desafios teórico-metodológicos postos à antropologia na medida em que se propõe etnografar as diferentes formas nas quais a técnica aparece no mundo como indissociável da política, seja como domínios ou práticas imbricados, seja como domínios ou práticas considerados separados, mas em ambos os casos em íntima relação.

O presente dossiê é, em certa medida, um prolongamento das reflexões ali iniciadas. Nesta publicação, cuja chamada foi aberta a pesquisadores e autores para além daqueles que presenciaram o encontro, tivemos a oportunidade de abrigar outras pesquisas, também tematicamente diversas e cuja aproximação proporciona uma relevante contribuição à antropologia da técnica e, igualmente, à antropologia política. Melhor seria dizer que o encontro dos textos aqui reunidos problematiza, justamente, a oclusão dessas sub-áreas disciplinares.

De saída, alertamos que os textos deste dossiê não falam em uníssono. Antes, dispersaram seus focos de descrição e análise para lugares e objetos muito distintos. Com o objetivo de refletir sobre a indissociabilidade da política e da técnica a partir de contextos etnográficos particulares, os autores aliam-se a perspectivas teóricas também muito distintas entre si, como é o caso de Bruno Latour, Michel Foucault, Veena Das ou Luc Boltanski. Mais interessante do que explorar a diferença teórica entre os textos é perguntar como esses dois elementos – técnica e política – são articulados em cada uma das análises, e o que essa articulação pode revelar sobre as intersecções entre Estado, Ciência e Capitalismo.

É nesse sentido que caminhará esta apresentação. Primeiro, abordaremos como a crítica a uma teleologia racionalista criou um terreno fértil aos estudos sociais da ciência. Esse movimento analítico, que buscava compreender como a objetividade se produzia por meio de agenciamentos dentro e fora dos laboratórios, acabou por desvelar a proximidade entre a Ciência e empreendimentos capitalistas e estatais. Argumentamos que o foco etnográfico na relação entre política e técnica permite aproximar elementos comuns aos três, em geral relegados a objetos de pesquisa e áreas disciplinares distintos.

Em seguida, buscaremos explorar os desafios analíticos empreendidos por cada etnógrafo/a autor/a deste volume a partir de seus enquadramentos teóricos particulares. Ao atentarmos para o lugar da política e da técnica em cada um dos textos que compõe este dossiê, buscaremos lançar um olhar ampliado para o modo como descrições etnográficas em torno desses dois elementos permitem eliciar aquilo que empreendimentos

estatais, científicos e capitalistas têm em comum.

Técnica e política: intersecção entre Estado moderno, Ciência, Capitalismo

Em um texto raramente lembrado ou visitado por antropólogos, Max Weber (1971) discorre sobre os princípios e características da burocracia moderna, assim como seus pressupostos sociais e econômicos. O compreensível desconforto dos antropólogos com o autor deriva da teleologia racionalista que marca a sua obra, evidenciada pela estratégia analítica de tomar a burocracia moderna como um tipo puro supostamente avançado em relação a outras “estruturas de domínio”, como o patriarcalismo, o patrimonialismo, o feudalismo e a autoridade carismática. Ainda que o autor admita que “as realidades históricas, que quase sempre surgem em formas mistas, se movimentam entre esses tipos puros” (: 280), sua análise toma a burocracia moderna como referência para um exercício comparativo com estruturas administrativas de épocas e lugares tão distintos quanto o Egito faraônico, a China imperial desde Shi Hwangti, a Pérsia moderna, a Idade Média europeia, o antigo Império Romano. O que sustenta sua comparação, portanto, é um eixo evolutivo que associa a crescente burocratização com o aumento do racionalismo.

Uma leitura atenta, contudo, faz saltar aos olhos a presença de um segundo eixo comparativo no interior do próprio tipo puro com o propósito não de diferenciar, mas aproximar duas formas mistas de realidade histórica que andam par a par: “A burocracia, assim compreendida, se desenvolve plenamente em comunidades políticas e eclesiásticas apenas no Estado moderno, e na economia privada, apenas nas mais avançadas instituições do capitalismo” (:229). Por meio de uma série de comparações que aparecem ao longo de todo o texto, Weber evidencia como o aparato técnico-burocrático marca tanto a administração pública quanto a empresa capitalista privada. Em suma: a máquina burocrática impõe em organizações públicas e privadas o domínio da técnica por meio do “perito racionalmente treinado e especializado” (: 251). O mais interessante da sua obra, ao menos para antropólogos pouco interessados em tipos puros, parece estar justamente naquilo que o foco analítico na técnica permite revelar: como formas estatais e empresariais se assemelham.

Este elemento da obra do autor, contudo, acabou por ficar à sombra da amplamente criticada caracterização da burocracia como tipo puro, que viria a se disseminar como um lema entre os ideólogos do racionalismo:

Quando plenamente desenvolvida, a burocracia também se coloca, num sentido específico, sob o princípio do *sine ira ac studio* [sem ódio e sem preconceito]. Sua natureza específica, bem recebida pelo

capitalismo, desenvolve-se mais perfeitamente na medida em que a burocracia é “desumanizada”, na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo. É essa a natureza específica da burocracia, louvada como sua virtude especial (Weber 1971: 251).

Justamente contra a ideia de um crescente processo de racionalização despido de quaisquer “elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo” consolidou-se um corpo bibliográfico que buscava investigar a razão como fenômeno histórico concreto. Em um texto originalmente publicado em 1988, Paul Rabinow propunha analisar “a razão da mesma maneira geral que outros objetos são analisados, ou seja, como um conjunto de práticas sociais em complexas relações pragmáticas com uma congeneridade de símbolos” (Rabinow 2002: 116). Grandemente inspirado pelos escritos de Michel Foucault e Georges Canguilhem, Rabinow (1992) juntava-se, assim, ao campo dos estudos sociais da ciência, particularmente da maneira como vinha sendo conduzido por autores como Bruno Latour e Steve Woolgar.

Como Latour (2013) viria a lembrar, esse campo de estudos nos anos 1980 queria compreender “como – com quais instrumentos, quais maquinários, quais materiais, quais condições históricas e antropológicas – era possível produzir a objetividade” (: 5). Assim, a objetividade e a racionalidade Moderna foram, nas obras de vários autores dos estudos sociais da ciência, objetos de experiências empíricas e conceituais muito diversas. No caso de Latour, se *A Vida de Laboratório* (Latour & Woolgar 1979) conferiu um aporte etnográfico à descrição e possibilitou um tipo de conhecimento particular à instituição científica, colocando em relevo a importância da autoridade do perito especializado, foi a teoria ator-rede a centrar-se no ponto de articulação entre a heterogeneidade ontológica e material que performavam as redes sociotécnicas (Latour 2005). A teoria ator-rede permitiria atravessar os domínios inter-relacionados, mas distintos, a partir dos quais os Modernos se apresentam – Ciência, Política, Direito, Economia –, de modo a deixar explícito “o trabalho exploratório que possibilita recrutar ou constituir uma série *descontínua* de elementos heterogêneos, de um lado, e de outro algo que circula de maneira *contínua*” (Latour 2013: 33, grifo original). Como consequência, ao analista se faria visível tanto as fronteiras dos domínios quanto as conexões através deles.

Recentemente, a aposta apresentada em *An Inquiry into Modes of Existence* (Latour 2013) confere à racionalidade um aspecto bastante metafísico ao pensá-la enquanto “modo de existência”. A obra busca evidenciar os pilares que sustentam a Modernidade e

que, com efeito, a atravessam em múltiplas direções. Religião, Arte, Direito, Economia, são exemplos de domínios que perpassam nossa existência Moderna. Ainda que o caráter abstruso das classificações ali delineadas possa indicar uma abordagem rígida em determinados aspectos, interessa aqui mencionar a presença da técnica [TEC] e da política [POL] dentre os domínios que constituem os modos Modernos de existir.

Se por décadas a objetividade científica foi um terreno fértil para a investigação de um conjunto de práticas associadas ao racionalismo e à Modernidade, curiosamente, assim como Weber havia feito ao tratar da burocracia, o foco analítico na técnica permitia que também os estudos sociais da ciência revelassem como formas estatais, empresariais e científicas se assemelhavam. O domínio da técnica que marcava práticas da razão atravessava, a um só tempo, Estado, Capitalismo e Ciência.

Em nenhuma obra isso fica tão claro quanto na de Isabelle Stengers. Em *A Invenção das Ciências Modernas*, a filósofa propõe associar a razão científica à razão política (Stengers 2002). Isso quer dizer, sobretudo, que sua tentativa é utilizar o registro político para descrever as ciências, compreendendo-a enquanto processo contingente que faz convergir interesses econômicos, industriais e políticos, ao mesmo tempo em que reafirma a objetividade dos enunciados científicos pela sua autonomia em relação a interesses não científicos. Há muitas maneiras para se contar a história da ciência, e na que Stengers propõe é preciso estar atento ao fato de que a decisão sobre o que é científico depende de uma política constitutiva das ciências que nega o domínio da Política. O registro político aparece, portanto, como duplo: como dinâmica interna à ciência e como domínio que se rejeita em nome da objetividade e da técnica.

Reside aqui uma questão fundamental endereçada por este dossiê, a ser tratada mais adiante: o registro político não é o mesmo a todo tempo e em todo lugar. Se nas etnografias a técnica aparece descrita por meio de características estáveis e reconhecíveis, a política, por sua vez, é escorregadia, aparecendo de formas distintas, seja como domínio assim identificável pelos atores, e portanto passível de ser etnografado, seja como domínio ou ferramenta eleitos pelo analista como pano de fundo do argumento.

Se primeiro Stengers faz um grande esforço descritivo para adicionar política à ciência, em *Capitalist Sorcery*, escrito com Philippe Pignarre, o movimento é o de trazer para a política uma enorme gama de questões geralmente afastada dela, em especial práticas e decisões delegadas apenas aos *experts* ou especialistas (Pignarre & Stengers 2011). A questão não é necessariamente a de se opor ao domínio do técnico, mas de entender que muitas das destruições que ocorrem sob a égide do progresso ou da Modernidade dependem de um ambiente de práticas rotineiras e estabilizadas. É justamente aí, na roti-

na aparentemente desinteressante da tecnocracia, na política que insistentemente nega a política das práticas, onde o domínio tentacular mostra seus dentes e garras. Estamos de acordo que “levar a sério a eficácia de uma técnica impõe a necessidade de compreendê-la como sendo endereçada a algo muito mais poderoso que seu aspecto técnico” (2011: 32) e, nessa direção, a noção de política apresentada pelos autores possibilita reconhecer, de maneira mais perturbadora, o seu imbricamento com a técnica. Ao articularem, num só golpe, Estado, Capitalismo e Ciência, nomeiam as práticas capazes de obviar a política, e as apresentam enquanto “alternativas infernais” (2011: 14).

No interior das alternativas infernais a política necessariamente dá lugar à submissão. Para Pignarre & Stengers, o modo de funcionamento capitalista ataca enfurecidamente a política e devemos, mais do que nunca, “colocar de volta na política o que é hoje apresentado em termos de uma alternativa infernal” (2011: 26). A exploração econômica define o capitalismo apenas parcialmente, já que seu funcionamento é fruto de processos que ocorrem em uma escala realmente pequena, a partir de experimentos cuidadosos, buscando fazer sua captura de modo silencioso e corriqueiro, impondo-se calmamente por meio da impressão de que o movimento se dá de maneira natural e consentida. Por essa razão, argumentam os autores, a máquina que produz as alternativas infernais implica em exércitos inteiros de *experts* e depende, ainda mais, da presença do Estado. O capitalismo não é e nunca foi capaz de erguer-se por sua própria conta e não há nada de espontâneo acerca de seu crescimento, o qual exige um trabalho permanente baseado nas funções estatais. São minuciosas e pacientes construções, cuidadosamente mantidas e acopladas ao Estado. O capitalismo requer a instalação gigantesca de um aparato legal, com regulamentos e restrições. Uma das características marcantes desse mecanismo é que ele dá a aparência de um funcionamento automático, cuja lógica técnica de controle escapa ao político.

Eis aí um ponto fundamental na composição dos textos que integram este dossiê e na inspiração que Stengers oferece ao objeto de nossa reflexão. Nenhum dos textos trata diretamente do tema capitalismo ou faz dele sua preocupação central. Isso porque os textos foram bastante argutos em privilegiar a descrição etnográfica e assumiram o compromisso de oferecer uma contribuição singular à discussão aqui proposta acerca da indissociabilidade da técnica e da política. Contudo, ao imbricar a política na técnica, ou ao declarar sua presença por meio das mais diversas circunstâncias descritas, os textos acabam por colocar em evidência os modos de captura desse sistema de feitiçaria chamado Capitalismo (Stengers & Pignarre 2011) e de suas articulações tanto com a Ciência quanto com o Estado. Os textos nos permitem reconhecer os mais variados danos – a erradicação

de modos de vidas, a desordem e o ódio, a frustração e o abandono, a hipocrisia e a sujeição – por meio do poder que enfeitiça e aprisiona o pensamento e a vida. Contudo, não é por serem críticos que os textos se esquivam de mostrar os engajamentos e as lutas, o gesto clássico que tenta combater o feiticeiro por meio da incorporação de suas próprias armas. A técnica, considerada por definição como um instrumento potencial de dominação, ora constrange o movimento de levante, ora é convertida em força (tecno)política.

Se a singularidade do capitalismo é ser “um sistema de feitiçaria sem feiticeiros” (Pignarre & Stengers 2011: 135), lutar contra suas alternativas infernais implica na árdua tarefa de tornar seus procedimentos visíveis, capazes de serem reconhecidos em suas mais variadas formas. Esse foi o esforço coletivo deste dossiê: o de descrever o modo como a política se entrelaça à técnica e a maneira como podemos seguir resistindo a feitiços científicos, estatais, capitalistas.

Diálogos transversais: política, biopolítica, tecnopolítica

Os doze textos que compõem este dossiê e seu caderno de imagem podem, à primeira vista, surpreender o leitor em razão de sua variedade temática, considerando principalmente sua reunião em um dossiê que pretende girar em torno de um tema particular. Esse movimento transversal, no entanto, tem a vantagem de proporcionar uma visão original acerca das relações entre política e técnica, justamente por não estar confinado a este ou aquele campo empírico, ou a esta ou aquela moldura teórico-metodológica. A seguir, buscaremos evidenciar a originalidade dessa composição e o modo como os textos entrecruzam diálogos críticos e urgentes à reflexão aqui pretendida.

Nesse sentido, é oportuno começar pelo que muitos dos textos têm em comum. Na tentativa de articular técnica e política, grande parte dos autores elege como referência Michel Foucault, criando assim um pano de fundo analítico que realça ora tecnologias de governo que incidem sobre populações, ora o eixo prática discursiva-saber-ciência. Curiosamente, o artigo de Natacha Leal neste dossiê, apesar de sequer mencionar o filósofo, é o que mais se aproxima do que ele chama de uma “análise arqueológica”, que procura revelar como um domínio científico se inscreve e funciona em uma formação discursiva determinada (Foucault 2008a).

Por meio da análise de documentos técnicos sobre a produção da raça dos Zebus e dos Pés-Duros, Leal descreve o processo de *azebuamento*, em meados do século XX, e de *desazebuamento*, no início do século XXI, dos rebanhos bovinos brasileiros. Vê-se surgir, assim, um “território arqueológico” (Foucault 2008a: 205): é do problema da relação entre uma Natureza e uma Cultura propriamente brasileiras, que mobilizava ideias de

mestiçagem, nação, tradição e economia, que emerge uma Ciência também propriamente brasileira, a Zootecnia Tropical. A comparação entre Zebus e Pés-Duros permite, ainda, perceber matizes históricas e regionais do problema Cultura-Natureza-Nação que envolve criadores, cientistas e agentes do Estado. Em Leal, portanto, a política aparece não enquanto domínio delineado como tal no mundo, mas como pano de fundo analítico. O efeito é fazer ver um processo historicamente situado em que uma Ciência se destaca de uma formação discursiva.

Também no artigo seguinte, de Leonardo Dupin e Rosângela Cintrão, é no nível da análise que se situa a política, porém pensada especificamente como biopolítica (Foucault 2008b). Essa pequena diferença tem enormes efeitos naquilo que se faz ver: nem tanto a formação de um domínio científico, mas as normatizações sanitárias e ambientais que recaem sobre produtores de queijo na Serra da Canastra, em Minas Gerais. A descrição dos autores, assim, abarca as tensões que emergem tanto da fiscalização de peritos sanitários, enviados à região para fiscalizar *boas práticas e condições higiênico-sanitárias apropriadas* na produção do Queijo Minas Artesanal, quanto dos gestores do Parque Nacional da Serra da Canastra, que restringem o acesso e uso dos recursos por famílias que criam gado para produção de leite e queijo, implicando muitas vezes em retiradas forçadas da área em nome da *proteção à natureza*. Diferentes modos de conhecer – dos peritos sanitário-ambientalistas e dos produtores de queijo – relacionam Natureza e Cultura de maneira bastante distinta, instaurando conflitos de ordem biopolítica.

É interessante notar como há um deslizamento na maneira como política aparece no nível analítico em Dupin & Cintrão e na etnografia seguinte de Magda Ribeiro: da biopolítica passamos à tecnopolítica. Ribeiro adota a estratégia etnográfica de seguir a castanha-do-brasil como um artefato que atravessa modos de conhecer de castanheiros do Irapuru, no Amapá, e de técnicos *experts* da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Acompanhamos, assim, os castanheiros em sua *subida* sazonal aos castanhais e os cientistas em seus experimentos cartográficos e genéticos nos projetos *MapCast* e *EcogenCast*. A autora mostra como os modos de conhecer em torno da castanha criam fluxos tecnopolíticos – sistemas híbridos de técnicas e práticas políticas – que apontam não para conflitos biopolíticos, mas para contornos ontológicos, apresentados muito mais por sua capacidade de sobreposição do que em razão de suas diferenças intransponíveis. Resulta daí que os conflitos e alianças emergentes nesses encontros e que acarretam as mais diferentes consequências – como a transformação das práticas de manejo em região de floresta amazônica – problematizam os aparatos técnicos mobilizados por diferentes grupos, ao mesmo tempo em que descrevem suas implicações políticas.

Se ampliarmos essa leitura para os diferentes modos de conhecer etnografados nos três primeiros textos, podemos dizer que o encontro de diferentes modos de conhecer pode acarretar em acordos em que a entrada da política é interdita, dando-se exclusivamente por meio da mobilização do aparato técnico e sob justificativas igualmente técnicas. É preciso “melhorar” tecnicamente as raças dos bovinos, é necessário oferecer recursos técnicos sanitários para a fabricação de queijos artesanais, é preciso tornar eficiente o manejo e a produtividade da castanha por meio do conhecimento técnico-especializado. Contudo, os textos mostram a dificuldade em descrever etnograficamente o encontro de diferentes técnicas sem considerar a política que ontologicamente as orienta. É dessa maneira, portanto, que as orientações ontológicas precipitadas por descrições etnográficas e cujas vidas descritas são, de uma forma ou de outra, colocadas contra ordens reinantes – Estado, Mercado, Ciência, grandes instituições, modelos econômicos – faz com que a política da ontologia ressoe na política dos povos, populações ou grupos que a ocasionaram, incluindo aí as posições políticas que essas pessoas podem tomar a partir das mais variadas técnicas.

Técnica e política no mundo da burocracia

Se nos três primeiros textos a técnica assume lugar proeminente na descrição etnográfica e a política aparece sobretudo como pano de fundo analítico, nos três artigos seguintes, de Bruner Nunes sobre o Ipea, de Rodolfo Moraes Reis sobre a Coordenação de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, e de Lorena Avellar Muniagurria sobre as Conferências ligadas ao Ministério de Cultura, o foco da etnografia são as formas nas quais política e técnica se delineiam no mundo.

A etnografia de Bruner Nunes neste dossiê mostra como em uma instituição tecnocrática produtora de conhecimento aplicado a políticas públicas – o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) –, os contornos do que os especialistas tomam por práticas técnicas e políticas são claramente traçados, coincidindo com o interno e externo à instituição. Como o autor bem lembra, trata-se de uma visão tributária da diferenciação weberiana das vocações científicas e políticas. Nunes oferece uma análise da dinâmica entre o interno-técnico e o externo-político, argumentando que quanto maior o alinhamento entre os dois, maior o fortalecimento institucional do órgão. Esse foi o caso no período ditatorial, quando havia uma maior centralização dos processos de tomada de decisão e o *planejamento* do governo era mais diretamente informado pelos estudos formulados dentro do Ipea. No período democrático, em que predominam a noção de *assessoria* e o processo de tomada de decisão passa a ser descentralizado, esse alinhamento é menos

controlável, pois os especialistas nunca sabem ao certo se seus estudos efetivamente informarão as decisões sobre políticas públicas ou se serão mencionados sobretudo para conferir legitimidade a essas decisões. A contribuição do artigo é justamente a de mostrar etnograficamente a maneira pela qual o Ipea como instituição busca o seu fortalecimento por meio desse ajuste entre o interno-técnico e externo-político.

O externo-político e interno-técnico também aparecem neste dossiê na etnografia de Rodolfo Moraes Reis sobre a Coordenação de Classificação Indicativa (COCIND), órgão do Ministério da Justiça responsável por analisar produtos audiovisuais e atribuir-lhes uma faixa etária limite recomendada para o público. Reis se alinha a uma literatura recente que pensa etnografia de documentos, de modo a justificar a sua estratégia etnográfica de descrever os trâmites burocráticos e a confecção dos documentos classificatórios. O resultado é uma etnografia que revela o esforço do órgão em reafirmar publicamente a objetividade e tecnicidade de seu trabalho por meio da ampla divulgação dos critérios técnicos adotados, buscando assim evitar críticas externas de que o trabalho de classificação estaria eivado de preceitos morais. Como afirma Weber (1971: 251), em citação já mencionada acima, a virtude da burocracia seria limpar do trabalho técnico “todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo”. A revisão das classificações por superiores, assim, é vista pelos técnicos como fruto de pressão externa, dimensão tida como política e além de seu controle, que contrasta com a dimensão estritamente técnica do seu trabalho.

Em Nunes e Reis, portanto, vemos que a burocracia como tipo puro, ápice da racionalidade técnica e objetiva, opera não apenas como ferramenta analítica nos escritos de Weber e seus legatários, mas também como referência aos próprios burocratas. O ideal da técnica despida de quaisquer outros elementos tidos como políticos torna-se uma bússola para as práticas cotidianas dos atores, contribuindo para que se delineie dentro do Estado moderno uma clara separação entre o domínio da política e o da técnica. Eis o lugar do analista etnógrafo e não estatólogo: em vez de posicionar o tipo puro como ferramenta de análise que referencia os “tipos mistos” de realidade concreta e histórica, a tarefa passa a ser a de identificar os modos pelos quais o tipo puro aparece como operador no mundo investigado.

Nem sempre, contudo, os elementos da burocracia como tipo puro se fazem presentes de forma tão marcada no funcionamento do aparato estatal, como atesta o trabalho de Lorena Muniagurria neste dossiê. Por meio de uma etnografia dos espaços participativos vinculados ao Ministério da Cultura nas gestões Lula e Dilma, que tinham como finalidade construir junto à sociedade civil uma política nacional de cultura, a autora mostra

como os conjuntos de saberes e práticas associados à ideia de técnica e política não eram contrapostos ou externos um ao outro. A relação entre técnica e política, neste contexto etnográfico, é de contiguidade e afetação mútua. Também aqui a autora se vale do debate da antropologia de documentos ao optar pela descrição dos procedimentos técnicos próprios a essas reuniões, tanto aqueles relativos à confecção de propostas quanto à eleição de delegados. Como mostra, era preciso possuir habilidades com as formalidades necessárias à sistematização de *boas propostas*, e ser *bom de matemática* nos procedimentos adotados para votações, para assim operar efeitos políticos desejados: fazer seguir adiante propostas e delegados nas diferentes escalas assumidas pelas conferências – de municipal para estadual, de estadual para nacional. Daí a contiguidade e afetação entre os dois elementos: como ensina Muniagurria, fazer política de forma eficaz implica a habilidade técnica em processos percebidos como não políticos, sob pena de perderem sua legitimidade e, conseqüentemente, sua efetividade.

Política como domínio e ferramenta: outros imbricamentos

Ainda que Lorena Muniagurria descreva espaços participativos de encontro, seu foco na técnica se mostra bastante distinto da estratégia adotada nos artigos seguintes, que também etnografam reuniões. O efeito dessa diferença na análise é patente: o que se sobressai nestes não é o lugar que a técnica e a política ocupam para os atores, mas a tensão entre atores e campos de conhecimento em relação. Ou seja, a política se coloca como pano de fundo para a análise de imbricamentos de outros tipos: Ciência, Direito, Religião.

Esse é o caso do texto de Bruno Cesar Barbosa sobre as controvérsias em torno do Processo Transexualizador, política pública de transformação corporal do sexo. O autor toma um evento que conta com a presença de psiquiatras, cientistas sociais e ativistas como microcosmo de convenções discordantes em torno do conceito patológico de *transsexualismo* previsto na Portaria que embasava o procedimento médico. Ali, ora as cientistas sociais e ativistas uniam-se contra os pressupostos psiquiátricos, ora se distanciavam entre si quanto ao debate em torno de outras categorias, como *pessoa trans* ou *travestis*. Essa tensão entre os atores cumpre o propósito analítico de revelar como no Brasil, com o reconhecimento legal também da noção de *travestis* para outros atendimentos que não a cirurgia genital, os campos psiquiátrico e legal são articulados e atravessados por demandas dos movimentos sociais. Ciência e Direito imbricam-se na análise da política das reuniões.

No texto de Roberta Machado Boniolo neste dossiê, uma estratégia etnográfica muito parecida é adotada para tratar de um imbricamento de outra ordem: Ambianta-

lismo e Religião. A autora descreve os esforços de uma organização, Elos da Diversidade, cujos membros eram gestores públicos, pesquisadores na universidade e devotos de religiões de matriz afro-brasileira, para compatibilizar as ideias de *preservação do meio ambiente e sacralidade da natureza* e administrar o conflito em torno da presença de oferendas no Parque Nacional da Tijuca, uma área de preservação ambiental. Para tanto, o esforço do Elos da Diversidade em encontros com atores dos mais variados era o de operar uma transformação conceitual: as oferendas eram anunciadas como *resíduos biodegradáveis*, e não *impacto e poluição*. Como afirma a autora, tratava-se de estabelecer correlações entre distintas áreas de conhecimento que permitisse legitimar práticas religiosas. Na análise de Boniolo, portanto, a política aparece duplamente como ferramenta e domínio: como pano de fundo analítico que lhe permite desenhar um campo social marcado por tensões e conflitos, e como prática tida como propriamente política pelos gestores do Elos da Diversidade.

É também como domínio e ferramenta que política aparece no artigo de Lia de Mattos Rocha, Monique Batista Carvalho e Frank Andrew Davies sobre os espaços participativos na gestão da *pacificação de favelas* cariocas. Os autores se propõem a um exercício comparativo entre as favelas do Batan e do Morel de modo a argumentar como as práticas de gestão se dão de modos distintos a depender da maior atuação de associações locais ou de policiais nas reuniões de diálogo com moradores. Vê-se nesses espaços práticas consideradas pelos moradores como próprias do domínio da política. É ali que se apresentam demandas e reivindicações sobre questões estruturais como saneamento e condições de moradia. Mas vê-se também política como ferramenta dos sociólogos: o pano de fundo analítico que permite o desenho mesmo do argumento em direção à crítica macrossociológica do que Boltanski chama de “domínio gestor”. O interessante é perceber como no nível etnográfico é a política como domínio (assim identificado pelos atores) que se destaca; e no nível analítico é a técnica que adquire proeminência – aquilo que cala e subjuga os moradores em nome da boa gestão.

Outro elemento importante a que Rocha, Carvalho & Davies chamam atenção no domínio gestor da *pacificação de favelas* são as orientações morais que os comandantes dirigem às condutas dos moradores nessas reuniões. A moralidade está presente não apenas na gestão dos vivos, como também na dos mortos, como mostra Flavia Medeiros neste dossiê, em sua etnografia sobre a Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG). A autora descreve como os policiais constroem uma *linha de investigação* cruzando técnicas e moralidades que incidem sobre *vítima e suspeitos*. Sua etnografia nos faz seguir a razão policial por entre inscrições em relatórios, diligências,

necropsia, identificação papiloscópica, inquérito policial, depoimentos, revelando como um corpo adquire nome, sobrenome e endereço, e os *suspeitos* transformam-se em *bandidos* acusados de homicídio. Ao contrário dos outros textos, não é política o elemento que se imbrica com a técnica, mas moralidade, num processo a partir do qual *indícios* tornam-se tecnicamente *provas*. Constrói-se tecnicamente, assim, uma verdade definida de antemão que separa os que são *probos, íntegros, do bem* daqueles sobre quem deve recair o peso da lei.

A gestão de populações também aparece nos últimos dois textos do dossiê, cujo foco principal, contudo, são as tecnologias de governo. Alexandre Magalhães e Daniela Petti abordam remoções forçadas nas favelas no Rio de Janeiro e Tiago Lemões e Bruno Fernandes tratam da população de rua em Porto Alegre. Apesar de explorarem contextos e problemas bastante distintos, ambos guardam muito em comum no que diz respeito tanto ao enquadramento teórico quanto à estratégia etnográfica.

Magalhães & Petti conduzem a etnografia a partir de um eixo comparativo que coloca lado a lado experiências de duas pessoas: Valda, da Vila União de Curicica, e Gilson, da favela Indiana. Os autores ressaltam os efeitos dos *laudos* e *atos de interdição* que contêm a avaliação técnica de que as casas estariam *condenadas*, e da assinatura dos moradores atestando ciência de que deveriam ser retirados do local. Se na etnografia a experiência de Valda nos mostra como havia pouco esclarecimento da verdade estabelecida pelos técnicos da Defesa Civil, a de Gilson revela alianças dos moradores com especialistas da universidade para promover um contra-discurso sobre os laudos que apontasse para o baixo risco à população, não sendo necessária a remoção. Política, portanto, se faz por meio da técnica.

Um eixo comparativo muito semelhante aparece em Lemões & Fernandes, que optam por explorar a experiência de dois moradores de rua, Adão e Jaci, e sua circulação entre o Movimento Nacional da População de Rua em Porto Alegre (MNPR-RS) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Os autores, assim, exploram as maneiras como agentes técnicos dos serviços de saúde e assistência social incitam o engajamento coletivo (mobilização por direitos) e individual (cuidado de si) daqueles que circulam pelas instituições. As vidas de Adão e Jaci são perpassadas por instrumentos, técnicas e práticas conduzidas por esses profissionais.

Para compreender as remoções forçadas nas favelas e os efeitos desses saberes psiquiátricos sobre a população de rua, tanto Magalhães & Petti quanto Lemões & Fernandes lançam mão das noções foucaultianas de “governamentalidade” e “tecnologia de governo”. Não é o caso de desenvolvê-las aqui, já que são plenamente trabalhadas nos

próprios artigos. O que vale apontar é para o efeito desse enquadramento teórico nas análises, exatamente o contrário daquele notado em Rocha, Carvalho & Davies. Foi dito acima que o uso da ideia de “domínio gestor” de Boltanski acarreta a proeminência, no nível etnográfico, da política como domínio assim reconhecido pelos atores nas reuniões com os comandantes da UPP; e no nível analítico, da técnica. O uso de “governamentalidade” e “tecnologias de governo” opera o efeito inverso: a técnica é realçada no nível etnográfico (os laudos de remoção e as técnicas psiquiátricas do cuidado de si); e no nível analítico é a política que opera como pano de fundo (a conduta das condutas).

Este breve rasante sobre os textos não faz jus à riqueza etnográfica e analítica que cada um traz. A sua contribuição para o dossiê não está no que falam em comum, mas nas diferentes maneiras que relacionam técnica e política: revelando o eixo prática discursiva-ciência-saber em tecnologias de melhoramento dos bovinos brasileiros; comparando modos de conhecer de peritos e produtores de queijo e de cientistas e castanheiros por meio do pano de fundo analítico da biopolítica e da tecnopolítica; apontando os contornos do técnico-interno e político-externo no aparato burocrático-estatal; enfatizando por meio de etnografias de reuniões como a política se faz por meio da técnica ou como dinâmicas políticas fazem convergir Ciência, Direito, Religião; explicitando a relação entre técnica e moralidade em investigações policiais; abordando tecnologias de governo na pacificação ou remoção de favelas e na gestão da população de rua. E assim, cada artigo à sua maneira, elicia as formas singulares em que Estado, Ciência e Capitalismo se articulam e emergem no mundo.

Técnica, política e a organização do poder

O eixo argumentativo dessa apresentação, longe de esgotar as tantas e múltiplas formas de relação entre técnica e política, buscou introduzir uma discussão mais abrangente que teve a intenção de lançar um olhar cuidadoso para a constituição dos processos que legitimam distintas racionalidades, cujos efeitos as etnografias aqui apresentadas foram hábeis em mostrar.

No entanto, a racionalidade científica e estatal, bem como suas intrínsecas relações com o Capitalismo, insistem em mostrar que a razão é sempre uma região talhada e atravessada pelo irracional. Para Deleuze & Guattari (2002: 331) tudo é irracional no capitalismo, exceto o próprio capital que dita a razão pungente em meio ao que pode parecer um delírio coletivo. Se Pignarre & Stengers (2011) elegeram o feitiço como explicação para sua eficácia, Deleuze & Guattari apontaram para o desejo como combustível que queima e faz funcionar a máquina. No Capitalismo, segundo afirmam, delírio e interesse, desejo e

razão se distribuem de uma maneira completamente nova e particularmente patológica.

Esse mecanismo, capaz de autorizar o impensável, não deve ser tratado como mera ideologia, mas como a própria organização do poder. Justamente porque a organização do poder é a maneira como o desejo se acomoda no econômico, ele assedia o econômico e alimenta suas formas políticas. O argumento delineado por Deleuze & Guattari (2002) em *Sobre o capitalismo e o desejo* interessa aqui pois sinaliza de maneira contundente que não devemos colocar a infra-estrutura de um lado – a técnica – e do outro lado a super-estrutura – a política – sob o risco de “não ver como o desejo trabalha a infra-estrutura, como a investe, como faz parte dela, como a esse título organiza o poder.” (2002: 333).

Por essa razão, a importância e o esforço deste dossiê estão também em mostrar como a soma de contingências de práticas estatais e científicas encontram-se atreladas às práticas capitalistas. Se as suas possíveis linhas de fuga podem funcionar como a própria expansão dos limites do Capitalismo, elas também impõem dificuldades ao seu exercício por meio de uma decodificação generalizada, seja pela via da atuação que politiza através de técnicas variadas, seja por aquela que toma os processos técnicos em razão de seus efeitos deliberadamente políticos. Entre os limites da Ciência, do Estado e do Capital, há linhas por todos os lados. Os autores desse volume nos oferecem algumas delas, onde a técnica e a política desempenham um papel crucial e são atravessadas por domínios outros e por diferentes modos de resistência.

Referências

- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 2002 [1973]. “Sobre o Capitalismo e o Desejo”. In: Gilles Deleuze (org.) *A Ilha Deserta*. São Paulo: Iluminuras.
- FOUCAULT, Michel. 2008a. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2008b. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes
- LATOUR, Bruno. 2013. *An Inquiry into Modes of Existence. An Anthropology of the Moderns*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 2005. *Reassembling the social an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. 1979. *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*. Princeton: Princeton University Press.
- PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. 2011. *Capitalist Sorcery: Breaking the Spell*. London: Palgrave Macmillan.
- RABINOW, Paul. 2002. “Antropologia como Nominalismo”. In: Paul Rabinow, *Antropologia*

da razão: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

_____. 1992. "Studies in the anthropology of reason". *Anthropology Today*. Vol. 8, n 5, pp. 7-10.

STENGERS, Isabelle. 2002. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34.

WEBER, Max. 1971. "A burocracia". In: Max Weber, *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.